

COBRANÇA DA ÁGUA

Comitês de bacias querem aplicação direta de recursos

Gisele Teixeira e Virginia Silveira
de Brasília e
São José dos Campos (SP)

Uma reunião extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) hoje, em Brasília, vai analisar os mecanismos jurídicos possíveis para que os recursos arrecadados com a cobrança do uso da água recebam tratamento orçamentário diferenciado. A Câmara Técnica de Cobrança do CNRH teme que da forma como essa receita está sendo tratada, caindo na conta única do Tesouro, a experiência pioneira de cobrança no rio Paraíba do Sul esteja ameaçada e possa abortar outras iniciativas do gênero. O alerta está em um relatório que será apresentado aos conselheiros.

Segundo a legislação, os recursos arrecadados têm que retornar, na forma de investimentos e projetos, para a bacia de origem. Mas a primeira experiência do gênero — o pagamento pelo uso da água do setor hidrelétrico — mostra que o sistema não está funcionando bem assim.

As usinas com capacidade nominal acima de 10 mil kw pagam compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos. Em 2002, o recolhimento chegou a R\$ 530 milhões, sendo que R\$ 58,9 milhões foram relativos ao pagamento pelo uso da água segundo relatório de gestão da Agência Nacional de Águas (ANA). Apenas R\$ 25,5 milhões foram empenhados e aplicados pela ANA. O resto foi contingenciado.

No rio Paraíba do Sul, a cobrança pelo uso dos recursos hídricos começou em 31 de março de 2003. Até agora, os valores arrecadados somam R\$ 1,9 milhão, mas também estão sob risco de não chegarem ao destino proposto pois no início do ano o atual governo contingenciou 60% do orçamento do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal (MMA).

O contingenciamento se dá por decreto presidencial. O documento organiza as fontes de recursos por meio de anexos. No Anexo I, onde se enquadram os recursos oriundos da cobrança do Comitê para Integração da Bacia do Rio Paraíba do Sul (Ceivap), encontram-se as fontes certamente sujeitas ao contingenciamento. No Anexo II, as apenas sujeitas e, no III, as pouco sujeitas. Uma proposta em negociação no momento sugere transferir a cobrança da Ceivap para o Anexo II, o que reduz o risco mas não o elimina.

O secretário de Recursos Hídri-

cos do MMA, João Bosco Senra, informa que outra alternativa em estudo é a criação de um fundo específico para gerir os recursos. Senra admite que o dinheiro não está chegando na agência da bacia, mas acrescenta que "o governo mudou e pode encontrar alternativas para resolver este impasse".

Em reunião na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado, ontem, o presidente da ANA, Jerson Kelman, afirmou que se houver contingenciamento, não há razão para se cobrar as taxas dos usuários da água. A linha de raciocínio aponta que a cobrança se sustenta nos conceitos de um acordo social, em que a credibilidade é o principal parâmetro na equação que definirá os valores e critérios de aplicação.

O presidente do Comitê para Integração da Bacia do Rio Paraíba do Sul (Ceivap) e prefeito de Rezende (RJ), Eduardo Meohas, disse que a cobrança pelo uso da água do rio só poderá ser efetivada com a resolução de duas questões fundamentais: a primeira diz respeito à criação de uma organização social que habilite a agência de bacia a ser a gestora dos recursos arrecadados. A segunda passa pela aprovação de um instrumento legal que garanta a liberação dos recursos para a bacia sem o risco de contingenciamentos pelo governo federal. Meohas estranhou o fato de não ter sido comunicado sobre a reunião para discutir questões que interessam diretamente aos membros do comitê. "Como não fui avisado da reunião e fiquei sabendo na última hora, não poderei comparecer, mas mandarei um representante do Ceivap, que é o nosso vice-presidente", disse.

Ele criticou a postura do governo em relação ao projeto da cobrança pelo uso da água no Paraíba. "A Ministra Marina Silva assegurou que os recursos arrecadados seriam destinados para a bacia, mas até agora nenhum centavo foi liberado, dos cerca de R\$ 2 milhões que já estão em caixa", afirmou. Para ele, se essa situação perdurar por muito mais tempo poderá desestimular a contribuição do usuário, que quer ver o seu dinheiro aplicado na melhoria das condições do rio.

Meohas diz que está em jogo a qualidade e a oferta de água que abastece 182 municípios, 15 milhões de pessoas e 8,5 mil indústrias. O Ceivap possui 60 membros, sendo três da União e 19 de cada Estado cortado pela bacia do Rio Paraíba.

Documentação

SOCIOAMBIENTAL

Fonte: Gm (Senra/ob meio Am.)

Data: 26/6/2003 Pg 1/2

Class. 83